

Artigos Livres

Experiências universitárias de pessoas negras: desigualdade racial e saúde mental

University experiences of black people:
racial inequality and mental health

Experiencias universitarias de la población negra:
desigualdad racial y salud mental

Anderson Moraes Pires^I , Artur Bruno Fonseca de Oliveira^{II} ,
Wilkson Coelho de Souza^{III} 

^I Universidade Federal do Ceará , Fortaleza, MG, Brasil

^{II} Universidade Estadual do Ceará , Fortaleza, MG, Brasil

^{III} Centro Universitário Estácio do Ceará, Fortaleza, MG, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar os relatos de pessoas negras acerca de suas experiências na universidade. Especificamente, pretendeu-se compreender seus posicionamentos frente aos índices de desigualdade racial na educação brasileira; discutir as repercussões da desigualdade racial nas suas experiências universitárias; e problematizar as implicações de tais experiências para a saúde mental. Trata-se de um artigo com caráter qualitativo, no qual foi utilizado o método de pesquisa documental a partir de vídeos publicados na plataforma YouTube. A análise dos relatos foi feita por meio da análise de conteúdo. Os principais resultados mostraram que as pessoas negras universitárias, atravessadas pelas desigualdades raciais presentes na educação, reconhecem e enfrentam os processos de violência, negação de suas existências e, conseqüentemente, exposição ao adoecimento psíquico. Concluiu-se que, apesar do corpo acadêmico ter dificuldade para conhecer e reconhecer a população negra como produtora de saberes, e com a luta coletiva incessante dos movimentos negros, o alunado negro do ensino superior produz estratégias para enfrentar as desigualdades raciais e permanecer de maneira saudável no espaço universitário.

Palavras-chave: População Negra; Saúde Mental; Racismo; Estudantes; Psicologia

ABSTRACT

The aim of this article was to analyze the accounts of black people about their experiences at university.

Specifically, the aim was to understand their attitudes towards racial inequality in Brazilian education; to discuss the repercussions of racial inequality on their university experiences; and to problematize the implications of these experiences for mental health. This is a qualitative article that used the documentary research method based on videos published on the YouTube platform. The reports were analyzed using content analysis. The main results showed that black university students, crossed by racial inequalities in education, recognize and face processes of violence, denial of their existence, and, consequently, exposure to psychological illness. It was concluded that, despite the academic body finding it difficult to know and recognize the black population as a producer of knowledge, and with the incessant collective struggle of the black movements, black students in higher education produce strategies to confront racial inequalities and remain healthy in the university space.

Keywords: Black Population; Mental Health; Racism; Students; Psychology

RESUMEN

El objetivo de este artículo fue analizar los relatos de personas negras sobre sus experiencias en la universidad. Específicamente, el objetivo fue comprender sus actitudes hacia la desigualdad racial en la educación brasileña; discutir las repercusiones de la desigualdad racial en sus experiencias universitarias; y problematizar las implicaciones de estas experiencias para la salud mental. Se trata de un artículo cualitativo, que utilizó el método de investigación documental a partir de vídeos publicados en la plataforma YouTube. Los reportajes se analizaron mediante análisis de contenido. Los principales resultados mostraron que estudiantes universitarios negros, atravesados por desigualdades raciales en la educación, reconocen y enfrentan procesos de violencia, negación de su existencia y, consecuentemente, exposición a enfermedades psicológicas. Se concluyó que, a pesar de la dificultad del cuerpo académico en conocer y reconocer a la población negra como productora de conocimiento, y con la incesante lucha colectiva de los movimientos negros, los estudiantes negros de enseñanza superior producen estrategias para enfrentar las desigualdades raciales y mantenerse sanos en el espacio universitario.

Palabras clave: Población negra; Salud mental; Racismo; Estudiantes; Psicología

1 INTRODUÇÃO

Os processos de educação formal compõem a complexa inter-relação da vida em sociedade e, conforme a organização colonial e capitalista do Brasil, pode ajudar no direcionamento das pessoas para determinados lugares da hierarquia social – mediados pela classe social. Em outros termos, a educação passa a ser compreendida como uma categoria que designa formas pelas quais os sujeitos criam e mantêm relações sociais. Nesses processos, podemos encontrar condições de exclusão e subordinação direcionados para pessoas negras (Santos, 2011), a exemplo da negação

do acesso à escola (Gil; Antunes, 2021) e precariedades e desafios no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à permanência dessa população no ensino. Isso tem motivado a produção de discussões que nomeiam e problematizam a desigualdade racial na educação formal.

A desigualdade racial na educação é experienciada no ensino universitário. Castro (2017) investiga e mostra como as universidades brasileiras são contribuintes para a manutenção econômica e política de pessoas brancas na elite, auxiliando a existência da desigualdade racial, pois estas instituições favorecem a educação formal, a informação política, acesso e construção de tecnologia de maneira mais acessível para pessoas brancas etc. Em 2018, por exemplo, o alunado negro passou a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do país (50,3%), mas seguiu sub-representado, visto que constituía 55,8% da população (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019).

A ação afirmativa, como uma demanda histórica de luta dos movimentos negros, foi criada a fim de diminuir as desigualdades raciais na educação. Além disso, é uma denúncia às falhas na legislação de orientação universalista que não consegue resolver satisfatoriamente os problemas derivados da persistência de padrões sociais de exclusão e discriminação (Moehlecke, 2002). As leis de ação afirmativa foram implementadas ao longo dos anos 2000 e foi somente em 2012 que a Lei n.º 12.711, conhecida como Lei de Cotas, foi sancionada, tornando obrigatória a destinação de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes egressos de escolas públicas, com subcotas para pessoas pretas e indígenas (Brasil, 2012). Ou seja, apesar da inquietação no corpo social, essa lei não direciona um olhar exclusivamente para as pessoas negras.

Contudo, mesmo com as leis de ação afirmativa, que abordam o ingresso em instituições de ensino superior, a plena experiência (experiências sem conflitos raciais, sem agravos para a saúde mental e bem-estar etc.) e a permanência dos alunos não são garantidas (Carneiro, 2005; Gomes, 2005). Ocorre que a existência de estereótipos

negativos, como a universidade ser um local da elite branca ou que pessoas negras não conseguem elaborar trabalhos intelectuais de qualidade, pode promover formas de discriminação conscientes e inconscientes à população negra (Santos Júnior, 2011). Estes estereótipos estão sendo costurados no tecido social brasileiro há muitos anos, e toda vez que alguém ou algum movimento tenta cortar a linha divisora dos direitos básicos é interpelado pelas mãos hegemônicas que, nas relações de poderes, ainda detém o favorecimento devido a suas características fenotípicas, de gênero e suas aquisições econômicas.

Seguindo com o pressuposto de que as pessoas negras têm oportunidades educacionais mais limitadas devido às práticas discriminatórias e, principalmente, aos mecanismos racistas (Carneiro, 2005), direcionamos nossos olhares para um acordo simbólico, histórico e estrutural em que pessoas negras são marginalizadas, condicionando suas existências ao silenciamento e a não-existência enquanto sujeitos (Santos, 2011; Almeida, 2019). Nesses termos, o conceito de epistemicídio é importante para esta discussão, pois ele “[...] se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro” (Carneiro, 2005, p. 114). Assim, o epistemicídio será utilizado como uma categoria que facilitará uma análise sobre a saúde mental das pessoas negras que se dispõem ao espaço universitário. A importância deste conceito é pelo caráter expositivo de que há limitações negadas por muito tempo, devido aos modos de vida e às “ciências puras” importadas no processo colonial.

Sendo assim, a intenção deste artigo é analisar os relatos de pessoas negras acerca de suas experiências e relações na universidade disponíveis no YouTube. Especificamente, pretende-se compreender seus posicionamentos frente aos índices de desigualdade racial na educação brasileira; discutir as repercussões da desigualdade racial nas suas experiências universitárias; e problematizar as implicações de tais experiências para a saúde mental.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado é o de pesquisa documental, com caráter qualitativo, a partir de vídeos publicados na plataforma YouTube. Seguimos a definição dada por Appolinário (2009, p. 67): “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”. E, entende-se que o uso destes novos documentos deve ser valorizado porque a análise acontece na observação dos processos de manutenção ou evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos e comportamentos (Cellard, 2008).

Para realizar a busca dos vídeos, utilizamos a seguinte combinação de palavras: “universidade” e “negro”, no campo de busca da própria plataforma, no dia 9 de setembro de 2021. A escolha de palavras mais amplas/genéricas se deu de modo a se aproximar da experiência de uma usuária que acessa a plataforma em busca de conteúdos similares aos deste artigo. Entendendo que o YouTube apresenta muitos resultados, decidimos selecionar inicialmente somente os 50 primeiros vídeos. Não fizemos restrições quanto ao tempo de duração do vídeo ou o ano de sua publicação. Dessa forma, os critérios de inclusão para a discussão foram: a) vídeos com relatos de pessoas negras acerca de suas experiências e relações nas universidades brasileiras; b) pessoas que nasceram no território brasileiro; e, c) relatos em português.

Após a seleção dos vídeos, foi necessário um período de familiaridade com os conteúdos. Por isso, primeiramente, fizemos anotações em um diário de campo e observação sistemática dos conteúdos que se relacionavam com o objetivo do artigo. Logo em seguida, realizamos as transcrições dos vídeos, que não contaram com auxílio de softwares. Este momento de pré-análise dos materiais representa mais uma experiência para os pesquisadores, pois se começa a definir quais serão as normas que regem a análise (Bardin, 2016). E fizemos uma avaliação preliminar dos

vídeos conforme as seguintes dimensões: a) o contexto; b) o autor; c) a autenticidade e a confiabilidade do texto; d) a natureza do texto; e, e) os conceitos-chave e a lógica interna do texto (Cellard, 2008).

Após análise inicial dos 50 vídeos encontrados e a aplicação dos critérios de seleção para a discussão, foram selecionados 11 vídeos, totalizando 234 minutos e 12 segundos de material (Tabela 1). Criamos abreviações para cada vídeo a fim de facilitar a identificação ao longo do processo desta pesquisa.

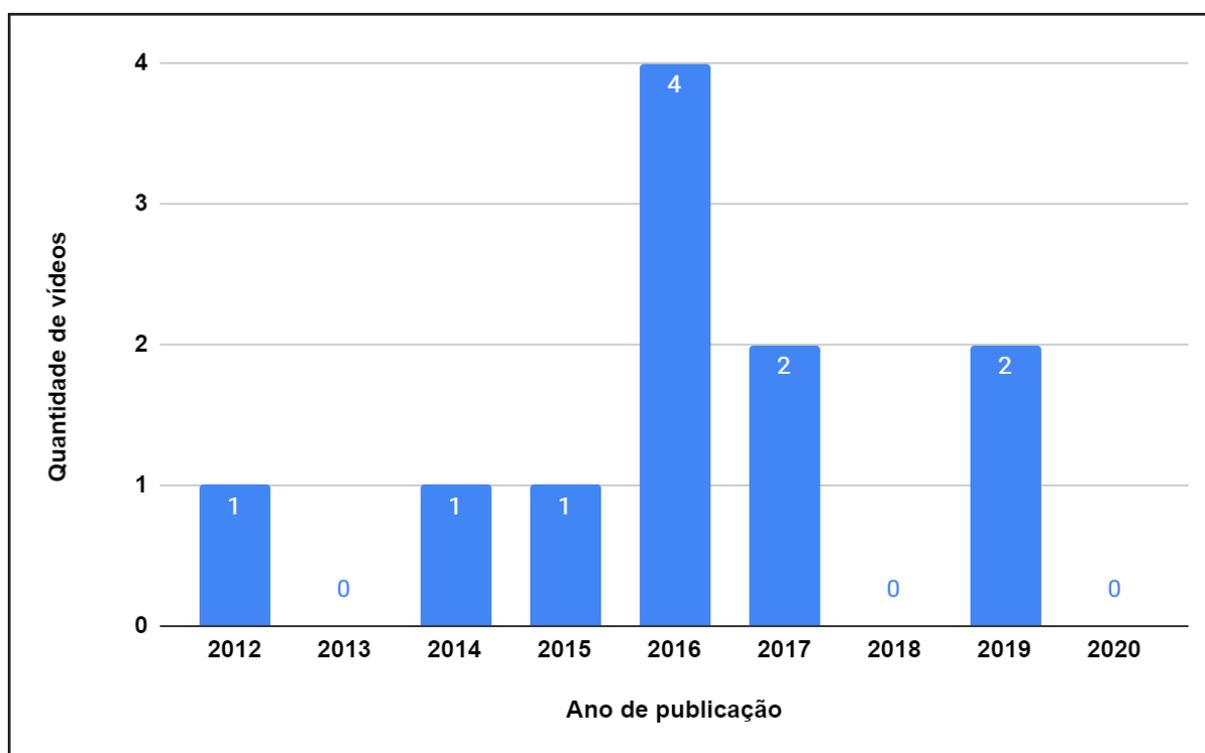
Tabela 1 – Principais informações dos vídeos

Vídeo	Canal	Abreviação	Data de publicação	Duração (em minutos)
Sistema de cotas raciais	tvbrasil	SICR	09/05/2012	51:27:00
Núcleo de Consciência Negra na USP luta há 27 anos contra o racismo	Rede TVT	NCNU	19/02/2014	4:21:00
1 Negro em 100	Carta Capital	UNEC	01/04/2015	5:21:00
CCC - Mulher Negra e Universidade com Nátaly Neri	Soul Vaidosa	MNUN	03/03/2016	108:50:00
Autodeclaração do candidato como negro ainda gera questionamentos	canal MPF	ACNQ	24/05/2016	3:57:00
Negro na universidade	Pretinho Mais Que Básico	NENU	23/06/2016	5:37:00
Permanência negra dentro das universidades ainda é um obstáculo	Rede TVT	PMNO	26/12/2016	3:54:00
Negros na universidade	Unisinos	NNUN	21/03/2017	5:48:00
Negros na universidade - racismo institucional, epistemicídio e violências simbólicas	Nátaly Neri	NREV	07/05/2017	10:20:00
ENTENDA a IMPORTÂNCIA das COTAS! - Canal Preto	Canal Preto	EICP	24/01/2019	4:47:00
Patrimônio Negro e Universidade - 2016	lide uff	PNUN	29/05/2019	29:50:00

Fonte: Autores (2024)

Considerando os anos de publicações, 2012 foi o primeiro ano, apresentando uma única produção audiovisual. No ano seguinte, 2013, não houve publicação desta natureza que contemplasse os nossos objetivos. Em 2014 e 2015, obtivemos um vídeo por ano. O ano de maior destaque quantitativo foi o de 2016, com quatro vídeos. Já em 2017 e 2019, obtivemos dois vídeos para cada ano, totalizando quatro vídeos, e em 2018 não houve publicação. Até a data de coleta de dados, 01 de abril de 2020, não foi encontrada postagem no ano de 2020, como apresenta a Figura 1.

Figura 1 – Quantidade de vídeos por ano



Fonte: Autores (2024)

Esses vídeos foram publicados por canais jornalísticos e por *youtubers*. Sendo, respectivamente, sete e quatro vídeos, de acordo com cada categoria de canal. O primeiro vídeo publicado (considerando a data, em 2012), *Sistema de cotas raciais*, está no canal *tvbrasil*, da *TV Brasil*. O canal que mais publicou conteúdos onde há a presença de alunas negras relatando sobre a universidade e suas experiências acadêmicas foi o *Rede TVT*, com dois vídeos. Segundo a descrição desse canal em sua própria página,

o seu compromisso é com a democracia, fortalecimento da cidadania e com a justiça social.

Para a análise dos dados, foi necessário entender que os documentos não existem por si só; os materiais estão situados em um contexto atribuído e atribuindo sentidos (Bardin, 2016). Utilizamos a análise de conteúdo, considerando as três fases de análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Ainda realizamos uma classificação temática dos significados de fala e comentários, categorizando os elementos do conjunto por diferenciação, sendo agrupados, posteriormente, por categorias temáticas.

Desta forma, os resultados apresentaram três categorias de análise: 1) A desigualdade racial na educação e sociedade brasileira: repercussões no acesso ao ensino superior; 2) Ações Afirmativas enquanto políticas democratizadoras: desvelando preconceitos estruturais na sociedade; e, 3) Epistemicídio, permanência universitária e implicações para a saúde mental. Estas categorias foram elaboradas a partir dos conteúdos disponíveis e em consonância com o objetivo deste artigo.

Todas as normas éticas para realização deste artigo foram consideradas, de acordo com a resolução no 510/2016 do Comitê de Ética, amparada pela Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011), onde não há exigência de aprovação em comitê de ética, visto que o artigo não se envolve diretamente com seres humanos; o material utilizado é de domínio público. Ademais, destacamos o Artigo 31, que estabelece que o tratamento das informações pessoais seja realizado de maneira: “[...] transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais” (Brasil, 2011).

3 A DESIGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE BRASILEIRA: REPERCUSSÕES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Para discutir as experiências de pessoas negras no ensino universitário é importante estudar a desigualdade racial na educação e na sociedade brasileira.

Esta necessidade surgiu ao percebermos nos próprios relatos das pessoas negras a persistência nesse assunto.

O vídeo *Entenda a Importância das Cotas! – Canal Preto* (2019) expõe entrevistas a fim de mostrar a importância das cotas para a população negra, já que estes sujeitos tiveram o acesso à educação pública negado por lei até a década de 1850. Uma das reflexões presentes no vídeo citado é um dos modos racistas de nosso país se estruturar. Na literatura, podemos constatar muitos estudos que ajudam a sustentar a tese de Almeida (2019) sobre o racismo ser estrutural, isto é, o racismo integra a organização econômica e política da sociedade brasileira de maneira inescapável. Observemos o seguinte relato de uma aluna negra:

Entrar na universidade, para mim, foi uma das maiores conquistas da minha vida porque a gente sabe como foi difícil, porque a gente sabe que a gente não teve a melhor educação, a gente sabe que a gente se colocou nessa competição de vestibular que é extremamente problemática, de forma desigual (Soul Vaidosa, 2016).

A fala evidencia uma luta desigual para a conquista de direitos educacionais, de modo que é escancarada a diferença entre a educação da população pobre e negra e a da população branca e, em muitos casos, rica. Tal desigualdade poderia parecer paradoxal, pois é um dever do Estado garantir educação de qualidade para todas as pessoas, sem distinção de cor, raça ou poder socioeconômico, como consta no art. 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2016).

Entretanto, o Brasil ainda tem altos índices de analfabetismo que se concentra na população negra (Lima, 2019). A taxa de analfabetismo das pessoas negras de 15 anos ou mais de idade é de 9,1%, ao passo que a taxa observada na população branca é de 3,9% (IBGE, 2019). Um dos motivos para encontrarmos estes números, como bem destacamos no último relato, são formas de discriminação racial presentes no

meio educacional que afetam pessoas negras. Interseccionalizam-se a esse aspecto outras questões sociais, em virtude do agravante da pobreza, como a necessidade de adentrar o mundo do trabalho antes de completar os estudos escolares para colaborar no provimento familiar.

Ademais, é possível referir que a “corrida” para o ingresso no ensino superior é injusta em virtude da diferença de condições para o seu acesso. Ora, como manter um país com princípios democráticos, de algum modo, em harmonia se os baremas de avaliação são iguais para todos os sujeitos, tanto para aqueles que cresceram com boas oportunidades de ensino quanto para aqueles que tampouco conseguiam frequentar as escolas diariamente?

O vídeo *Núcleo de Consciência Negra na USP luta há 27 anos contra o racismo*, apresenta uma aluna da Universidade de São Paulo (USP) que entende a existência da democracia racial na universidade da seguinte forma:

Quando eu entrei na USP, eu encontrei outra realidade. As pessoas da minha sala, todas, a maioria... tipo tem 2 ou 3 da pele pigmentada, mas a maioria [tem] pele clara, cabelo liso, olho claro... Um padrão europeu. Em compensação, nos serviços mais precarizados, eles [os negros] são em torno de 90%, 99% (Rede TVT, 2014).

Neste relato, podemos compreender que a estrutura da sociedade brasileira pode ser percebida nas organizações das universidades. Quando falamos “estrutura da sociedade brasileira”, estamos nos referindo, por certo, aos lugares ocupados por pessoas negras e brancas, sendo, respectivamente, lugares com mais e com menos privilégios e prestígio social. Ou seja, é uma estrutura organizada cotidianamente no racismo.

Nesse mesmo vídeo, uma aluna negra relata a atuação do Núcleo de Consciência Negra na USP e de como ele é necessário: “Passam por aqui várias pessoas que têm como sonho entrar nessa universidade, que o tempo inteiro falam que não é pra gente” (Rede TVT, 2014). Essa necessidade destacada pela aluna anterior converge com o caráter emancipatório dos sujeitos que os movimentos negros vêm assumindo

e foi bem relatado em um dos vídeos analisados: “O acesso à educação sempre foi pautado pelos nossos como um lugar de virada” (Canal Preto, 2019). O Estado, então, não tem conseguido solucionar este problema sem a cobrança e participação diária dos movimentos sociais e da sociedade civil? Acreditamos que uma instituição de ensino que garante plenas condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade deve não obrigar os movimentos negros e democráticos a lutar incessantemente por espaços que já deveriam estar à disposição de todos (Silva, 2016).

Além do que já discutimos, em um dos vídeos analisados, a desigualdade racial na educação é endossada como um problema e as eventuais conquistas de pessoas negras não apagam os tantos casos de inacessibilidade em decorrência do racismo. O aluno diz:

Eu posso está aqui fazendo uma faculdade de Direito, posso me formar na graduação, ser um advogado, ter sucesso e apontarem: ‘viu ele sempre quis, ele sempre buscou’. Só que atrás de mim tem 30 amigos que tiveram que se envolver com a criminalidade, que conseguiram no máximo um serviço com a carteira assinada com um salário mínimo e muitos sofreram o mesmo preconceito que eu (Unisinos, 2017).

Quando encontramos fragmentos de relatos como “viu, ele sempre quis, ele sempre buscou...”, também nos deparamos com uma tentativa de forçar uma naturalização da desigualdade, pois é posto aos indivíduos a completa responsabilidade pelas desigualdades. Conceição Evaristo tem dito que sua história de vida, parecida com esta narrada pelo o aluno há pouco, é perigosa porque fortalece a ideia da meritocracia. O discurso meritocrático, em linhas gerais, vai contra as políticas públicas (Almeida, 2019), pois entende que as pessoas que passaram por séculos de privações devem concorrer igualmente com as pessoas que detém acessos aos bens materiais e intelectuais. Nessa lógica, a qual discordamos, é culpa do negro, e somente dele, a não aprovação em um vestibular onde se encontram inúmeras pessoas brancas que sempre tiveram acesso a um ensino formal de melhor qualidade.

Nesse sentido, insistimos em pontuar que, nos dias de hoje, apesar de não

ter leis que negam o acesso à educação para a população negra, falta oportunidade democrática no ensino formal para esses sujeitos. “Historicamente se negou ao pobre e ao negro o direito à educação formal. Hoje esta negação se faz ao oferecer uma escola que não garante ou cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade [...]” (Silva, 2016, p. 24). Isto é, enfatizamos que, tendo o racismo como um processo estrutural, ele também o é um processo histórico (Almeida, 2019) que não se ausenta das salas de aula.

4 AÇÕES AFIRMATIVAS ENQUANTO POLÍTICAS DEMOCRATIZADORAS: DESVELANDO PRECONCEITOS ESTRUTURAIS NA SOCIEDADE

As ações afirmativas são denúncias diretas às falhas na educação, que culminaram na desigualdade racial presente na educação. Elas são definidas como medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e pela iniciativa privada, de modo a eliminar as desigualdades acumuladas no decorrer da história (Pires, 2014). Moehlecke (2002) afirma que ação afirmativa é uma política que prevê o tratamento desigual aos desiguais e visa a justiça social por meio da reparação. Neste sentido, Piovesan (2005) corrobora ao escrever que toda pessoa deve ser vista em sua peculiaridade e particularidade, tendo direito à sua diferença e diversidade. Por isso, Castro (2017) lança uma maneira de olhar para as ações afirmativas como uma analisadora da democratização do acesso ao ensino universitário.

Entretanto, as ações afirmativas aqui no país não foram implementadas por iniciativa espontânea do Estado, pois houve a necessidade de mobilizações e contínuas pressões do movimento negro. Os movimentos sociais afro-brasileiros continuam lutando em defesa das leis de ação afirmativa, pois estas se inserem a fim de democratizar os espaços universitários (Pires, 2014; Castro, 2017). Pires (2014) diz que: “Os grupos negros se mobilizaram fortemente para o direito não apenas à educação, reivindicação comum a todos eles, mas ao ensino em todos os níveis, da alfabetização à universidade” (p. 44). Uma aluna negra da USP relata que precisa,

diariamente, mobilizar atividades que colaboram com o acesso da juventude negra no espaço acadêmico (Rede TVT, 2014). Ou seja, esta luta ainda se dá pela persistência das próprias pessoas negras.

Mesmo com o Estado reconhecendo que é preciso reparar uma história desigual e com as ações contínuas dos movimentos sociais a fim de sensibilizar a população quanto ao tema, essa política pública não é apoiada por todas as pessoas. “Muita gente é contra cota racial falando assim ‘ah, mas já tem a cota social, então não precisa de cota racial porque já vai incluir o negro, pobre, tal’” (Carta Capital, 2015). Há alunos, em sua maioria brancos e ricos, que dizem: “Estuda e entra... estuda e entra aqui na universidade. Ninguém está impedindo. É só estudar e entrar na universidade. Não precisa se vitimizar” (Carta Capital, 2015).

Este tipo de pensamento desconsidera que as pessoas negras encontram diversas barreiras sociais, a exemplo de lacunas educacionais e a necessidade de trabalhar (Santos, 2011). “O pessoal fala ‘Estuda e vai para faculdade. Se você estudar, você vai, né?!’” (Pretinho, 2016). Será? Uma aluna negra relata: “(...) tem que estudar, tem que trabalhar, tem que cuidar da mãe, tem que cuidar do irmão” (Carta Capital, 2015). Outra aluna contribui com esta afirmação: “A gente pre... é... moreno, preto, pardo, a gente não tem a mesma qualidade. Não pela cor da pele, mas pela condição financeira que a maioria tem. A gente não tem o mesmo ensino que a maioria tem, dos brancos” (Canal MPF, 2016).

Além disso, os argumentos fundamentados na meritocracia são problemáticos, do ponto de vista democrático (Almeida, 2019), ao passo que produzem experiências semelhantes com a de um aluno que, ao defender o Programa Universidade para Todos (ProUni), diz se perceber como o único negro de um espaço: “Eu lembro nitidamente que eu era um dos poucos negros da minha turma na graduação na PUC, do Rio de Janeiro. Na verdade, na minha formatura eu lembro de ter só eu como negro da minha turma” (TV Brasil, 2012). Este mesmo aluno ainda diz: “A minha orientadora, professora Silvia Pimentel, que é uma professora que leciona há mais de 20 anos aqui

na PUC de São Paulo, ela me disse que nesse período de 20 anos ela viu oito negros na graduação aqui na PUC de São Paulo” (TVBrasil, 2012).

O ProUni concede bolsas integrais e parciais para estudantes brasileiros sem diploma de nível superior em instituições privadas. A justificativa da existência dos programas sociais, como o ProUni, pode ser encontrada na fala da aluna do vídeo *Permanência negra dentro das universidades ainda é um obstáculo* (Rede TVT, 2016), onde menciona que não tem oportunidades de pagar por uma boa educação e o ProUni foi o que a possibilitou de chegar ao ensino universitário.

Segundo os dados disponibilizados pelo Portal de Dados Abertos do Ministério da Educação (MEC, 2016), pode-se verificar o aumento de pessoas negras nas universidades por causa deste programa. Porém, o ProUni não é destinado apenas para pessoas negras. No ano em que o vídeo do aluno citado há pouco foi publicado, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) recebeu 543 estudantes bolsistas de tal programa e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), ambas citadas pelo próprio aluno, recebeu 337 bolsistas, sendo respectivamente 279 (51,38%) e 111 (32,93%) de pessoas brancas. Neste mesmo ano foram concedidas 176.764 bolsas em todo o país, das quais 78.100 (44,18%) foram utilizadas por pessoas brancas – as demais foram distribuídas entre pessoas amarelas, indígenas, não informado, pardas e pretas, segundo a classificação do programa.

5 EPISTEMICÍDIO, PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL

Para discutir esta seção, é necessário ultrapassar a ideia de que as ações afirmativas são suficientes para o bom desenvolvimento acadêmico das pessoas negras, pois o ingresso das pessoas negras no ensino universitário não representa a plena solução dos problemas desta população. Concordamos, sim, que a universidade é um espaço rico de oportunidades, debates, pesquisas e atividades culturais, mas as trajetórias de discentes negras e brancas não são similares por conta de fatores raciais

(Carneiro, 2005; Gomes, 2005; Lima, 2019). Como podemos ver:

No meu primeiro ano de universidade o professor foi entregar para mim o trabalho corrigido, olhou nos meus olhos e disse: 'Eu fiquei horas e horas jogando trechos do seu trabalho na internet. Eu tinha certeza que você tinha plagiado alguém. Tem certeza que você não plagiou?' (Neri, 2017).

Chegamos a nos perguntar, durante a produção deste artigo, se esta pergunta seria feita a um/a aluno/a branco/a. Acreditamos que dificilmente. No Brasil, há um compromisso da branquitude em manter a estrutura racial que os privilegia (Bento, 2022). Por outro lado, há um acordo, baseado no racismo (Almeida, 2019), que deixa permissível atentar contra a integridade e saúde mental de sujeitos negros.

Além disso, entendemos que esta pergunta direcionada para pessoas negras pode interferir na permanência destas pessoas no sistema educacional, já que tem a possibilidade de fazer com que elas questionem, a ponto de duvidar, suas capacidades cognitivas. Não basta ser difícil ter a aprovação em um curso de nível superior? Uma aluna negra comenta que “[...] o tempo inteiro você vai se sentir a pessoa mais inútil e mais burra do planeta Terra. E isso vai fazer você desistir o tempo inteiro” (Neri, 2015). Mesmo não compreendendo como uma relação de causa e efeito, damos ênfase a este relato e o tomamos para nos sensibilizarmos quanto as condições de saúde mental e bem-estar de alunos negros nas universidades.

Nesse sentido, trazemos o conceito de epistemicídio para esta discussão, entendendo-o como um mecanismo específico presente nas tecnologias de poder – dispositivo da racialidade, com características disciplinares, e o biopoder, com características de anulação e/ou morte (Carneiro, 2005). Carneiro (2005) nos diz que a educação brasileira tem interferência do dispositivo de racialidade/biopoder, onde a racialidade é configurada como um domínio que produz saberes, poderes e subjetividades. Isto é, este mecanismo opera com estratégias de inferiorização intelectual das pessoas negras, como mostramos no relato há pouco.

O epistemicídio está para além da anulação e desqualificação (Carneiro, 2005),

como feito pelo professor da aluna citada há pouco. *“Você vai se sentir não pertencente à universidade desde o momento em que você colocar o seu pé, até o momento em que você sair de lá”* (Neri, 2017). Este processo também compreende a produção da indignância cultural

[...] pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

A introdução do vídeo de Neri (2017) é dolorosa e consegue exemplificar o que Carneiro (2005) defendeu em sua tese sobre o epistemicídio:

Em cinco anos, nas Ciências Sociais, eu vi pouquíssimos alunos negros entrando e eu vi grande parte deles, quase todos, evadindo. Quase todos desistiram. Também durante esses cinco anos, na universidade, eu tive aula apenas com dois professores negros. E dois professores negros homens. Nas ciências sociais, eu nunca tive aula com uma professora negra mulher. Eu só fui conhecer nomes importantíssimos, como Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Neusa Santos Souza, depois que eu saí da sala de aula. Dentro de sala de aula, eu jamais ouvi falar sobre intelectuais brasileiras que foram fundamentais para minha construção enquanto indivíduo (Neri, 2017).

Ou seja, além das universidades apresentarem disputas para seus acessos, assim como discutimos nas seções anteriores, há conflitos que podem borrar as imagens de quem detém o domínio do saber, da cientificidade. Em outras palavras, outrora, as pessoas brancas se tornaram a representação de inteligência, de sabedoria. Por isso, dizemos que o espaço universitário possui estratégias de negação e de não-acolhimento que fortalecem a ideia do não-pertencimento de pessoas negras, de sujeitos que passaram séculos sem oportunidades ao ensino formal (Carneiro, 2005). Como conta Fanon (2020, p. 126): “No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa”. O

mundo branco, tido como o “único honesto”, rejeita e tenta expelir a participação de pessoas negras, além de amputar seus entusiasmos e exigir o confinamento de seus corpos e subjetividades.

Chegamos neste ponto da discussão compreendendo que o espaço universitário pode ser promotor de adoecimento, considerando todas suas variáveis e componentes.

O espaço acadêmico é um espaço extremamente violento [...] é o espaço [que] te empurra para fora todo tempo. [...] O espaço universitário para pessoa negra, ele é absolutamente torturante, é angustiante, faz com que você desenvolva inúmeros problemas, com que você desenvolva uma baixa autoestima acadêmica, intelectual [...] Eu nunca me senti tão burra, tão inútil e tão pequena como eu me senti nos meus primeiros anos de universidade, como, às vezes, eu me sinto quando estou nesses espaços (Neri, 2017).

Fazendo outra interpretação do que foi dito por essa aluna, no espaço universitário, o racismo pode ser tão cruel como em casos de mortes físicas. Não queremos, lógico, hierarquizar algum sofrimento e fazê-lo ser mais passível de luto. Mas, intentamos firmar que um trauma racial pode criar uma espécie de “calo” e fazer a pessoa lembrar o tempo todo que ele existe (Silva, 2018). Ou seja, dizemos que o racismo na contemporaneidade até pode continuar mascarado (Almeida, 2019), fazendo com que as pessoas negras ainda sofram e tenham implicações na saúde mental (Silva, 2018). Mas também podemos considerar que o racismo é um fenômeno explícito (Fanon, 2020; Almeida, 2019), pois está à mostra, visível. O que o torna aparentemente mascarado é a tentativa de manter os privilégios das pessoas que lucram com o racismo (Bento, 2022). Se a intenção é lutar contra essa forma de violência, há de se ter cuidado porque o alunado negro pode não somente se sentir burro (como se fosse algo banal), mas pode adquirir ansiedade, depressão e estresse pós-traumático com mais facilidade (Silva, 2018).

Sabendo disso, mais do que compreender como sujeitos negros experienciam estes espaços e de questionar as implicações do racismo nas universidades para a saúde mental dessas pessoas, temos de nos atentar aos modos que as universidades

têm se responsabilizado pela produção de cuidado do alunado negro. No vídeo *Patrimônio Negro e Universidade – 2016*, por exemplo, uma aluna cita que cursou uma disciplina optativa sobre relações étnico-raciais, sabendo que esta contemplava suas questões pessoais e acadêmicas/profissionais simultaneamente, diferente das demais disciplinas.

De modo similar, encontramos um relato positivo sobre a ampliação da diferença estética e direito à diversidade no espaço universitário. Uma aluna da Universidade Federal Fluminense (UFF) relata que após a criação e sua participação em rodas de conversa e palestras, além de passar a ver mais pessoas negras nos espaços universitários, passou a afirmar sua identidade enquanto uma pessoa negra. Ela conta que, enquanto transita pela universidade, pensa: *“Caramba, olha o black da menina. Que maneiro! É bonito as pessoas usarem estampas. Olha essa cor... Eu posso também!”* (Lide, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar os relatos de pessoas negras acerca de suas experiências na universidade. A partir do exposto, foi possível entender que as condições materiais sobre as quais se produzem as existências nas universidades são discrepantes em se tratando da população negra e da população branca. No desenvolvimento da discussão, explicitou-se que lutar faz parte do cotidiano da população negra. Grande parcela dessa luta se dá pela inoperância do Estado na garantia dos direitos sociais para todos. Assim, destacou-se a força dos movimentos negros para a garantia da educação frente ao racismo. Consideramos, então, que se as condições são tão diferentes, e se visamos ter equidade e inclusão no ensino, as possibilidades de acesso também precisam ser diferentes, como visa as ações afirmativas.

A repercussão da desigualdade racial na educação está ao encontro do racismo no Brasil, ao passo que busca estabelecer mecanismos de garantia das pessoas brancas enquanto as possuidoras do direito à vida, aos espaços de poder e de

prestígio, à fala e todas às outras formas de existência. Enquanto isso, as pessoas negras nos espaços universitários costumam ser submetidas ao silêncio e outras formas de invisibilidade, tendo de passar por estes processos de racismo que atingem negativamente sua saúde mental. Essas pessoas, conforme os relatos encontrados, estão minimamente conscientes dos processos de violência racial e se articulam em processos de resistências, seja em sala de aulas que têm a temática racial como condutora dos debates ou a partir da valorização das identidades negras.

Esperamos que este artigo contribua para outras pesquisas sobre as experiências universitárias de pessoas negras, no que se refere, especificamente, sobre a saúde mental. Sabendo que esta pesquisa possui limitações, sugerimos novos estudos com outros recortes metodológicos, interseccionalizando, por exemplo, marcadores sociais da diferença de região, gênero, classe social e idade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Bolsas ProUni base histórica**. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>.

CANAL MPF. **Autodeclaração do candidato como negro ainda gera questionamentos**. Arquivo de vídeo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQ3M2WrwldM>.

CANAL PRETO. **ENTENDA a IMPORTÂNCIA das COTAS! - Canal Preto**. Arquivo de vídeo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SwN4ndBFaPg>.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

CARTA CAPITAL. **1 Negro em 100**. Arquivo de vídeo, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hG9UTnAZI6Y>.

CASTRO, R. D. **Nós queremos reitores negros, saca?: trajetórias de universitários negros de classe média na UFMG**. Belo Horizonte, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupart (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GIL, N. DE L.; ANTUNES, C. P. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, p. e174, 2021.

GOMES, N. L. A Universidade Pública como Direito dos (as) Jovens Negros (as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In: S. A. Santos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2005, pp. 35-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Brasília: IBGE, 2019.

LIDE. **Patrimônio Negro e Universidade - 2016**. Arquivo de vídeo, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DY2QjkjF5_8.

LIMA, E. L. **O direito à educação superior da juventude negra: um estudo do Programa Universidade para Todos na Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC**. Criciúma, 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

NERI. **Negros na universidade - racismo institucional, epistemicídio e violências simbólicas**. Arquivo de vídeo, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oRy-IVhmVjk>.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: S. A. Santos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2005, pp. 35-46.

PIRES, M. F. C. **Docentes Negros na Universidade Pública Brasileira: Docência e Pesquisa como Resistência e Luta**. Campinas, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

PRESTES, C. R. S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver**. São Paulo, 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

PRETINHO. **Negro na universidade**. Arquivo de vídeo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcX-HPtDVUc>.

REDE TVT. **Núcleo de Consciência Negra na USP luta há 27 anos contra o racismo**. Arquivo de vídeo, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IT3KRVqtSsM>.

REDE TVT. **Permanência negra dentro das universidades ainda é um obstáculo**. Arquivo de vídeo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tWRW0qBlo2g>.

SANTOS JÚNIOR, A. **Identidade, discriminação e saúde mental em estudantes universitários**. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente). Campinas, 2011. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, São Paulo.

SANTOS, E. F. **Representações sociais de estudantes negros: Universidade e trabalho**. São Carlos, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos.

SILVA, M. C. O impacto do racismo na saúde mental das vítimas. **Psicologia. pt – O Portal dos Psicólogos**, 2018.

SILVA, N. N. **Juventude negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza, 2010.

SILVA, N. P. **Juventude e escola: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas**. Salvador, 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação.

SOUL VAIDOSA. **CCC - Mulher Negra e Universidade com Nátaly Neri**. Arquivo de vídeo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SCRkl6cZOHM>.

TVBRASIL. **Sistema de cotas raciais**. Arquivo de vídeo, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g9JJOFDB2vQ>.

UNISINOS. **Negros na universidade**. Arquivo de vídeo, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcX-HPtDVUc>.

Contribuição dos autores

1 – Anderson Moraes Pires

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

<https://orcid.org/0000-0002-5029-6167> • andeersonpires@gmail.com

Contribuição: Conceituação – Curadoria de dados – Análise Formal – Escrita – Revisão

2 – Artur Bruno Fonseca de Oliveira

Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará

<https://orcid.org/0000-0002-0080-4733> • arturbrunofo@gmail.com

Contribuição: Administração do projeto – Escrita – Revisão

3 – Wilkson Coelho de Sousa

Bacharel em Psicologia pela Faculdade Estácio do Ceará

<https://orcid.org/0009-0005-5766-9252> • wilkson.sousa@hotmail.com

Contribuição: Escrita – Curadoria de dados – Análise Formal

Como citar este artigo

PIRES, Anderson Moraes; OLIVEIRA, Artur Bruno Fonseca de; SOUSA, Wilkson Coelho de. Experiências universitárias de pessoas negras: desigualdade racial e saúde mental. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 37, e68484, 2024. DOI: 10.5902/2317175868484. Disponível em: <https://doi.org/10.509/2317175868484>.